

FEDERAÇÃO

# Congresso estuda criação de 7 Estados e 3 territórios

Parlamentares alegam que áreas menores são mais fáceis de administrar

LIÈGE ALBUQUERQUE

**B**RASÍLIA – A bandeira do Brasil poderá ganhar mais dez estrelas caso sejam aprovados os projetos em tramitação no Congresso para a criação de sete Estados e três territórios. Os projetos sugerem plebiscitos para que a população decida se quer ou não a divisão do Estado, exigido pelo artigo 18 da Constituição. Apesar do alto custo das folhas de pessoal dos ex-territórios, ainda hoje pagos pela União, os parlamentares ignoram nas suas justificativas os ônus e enumeram os benefícios.

Os parlamentares destacam que “a grande extensão territorial dificulta a governabilidade e o desenvolvimento” e demonstram o interesse político: além dos cargos eletivos, um novo Estado traz mais representantes no Parlamento, tanto estadual quanto federal.

Dois projetos estão bastante adiantados: o que pretende criar o Estado do Tapajós, dividindo o Pará, e o que cria de uma só vez os territórios do Alto Rio Negro, do Juruá e do Solimões, no Amazonas. Este último projeto chegou na Câmara no dia 14 de novembro e foi enviado para análise na Comissão de Finanças e Tributação. O primeiro foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no dia 23 de novembro, mas ainda não foi enviado à Câmara.

Caso seja aprovado o plebiscito, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) local tem seis meses para organizar a consulta popular nas áreas que seriam separadas do Estado original. Depois, o Congresso teria ainda de aprovar um projeto de lei complementar para instituição dos novos Estados ou territórios.

Os outros projetos em tramitação são para criar os Estados de Gurguéia, que seria desmem-



brado do Piauí, de Estado do São Francisco (Bahia), de Carajás (que assim como Tapajós seria desmembrado do Pará), um Estado formado pela metade sul do Rio Grande do Sul e outro pela metade norte de Mato Grosso. Há ainda um outro projeto que propõe o desmembramento de Mato Grosso, com a criação do Estado do Araguaia.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), eleito por um ex-território que virou Estado na Constituinte de 1988, é autor de três dos projetos em tramitação. “Os Estados Unidos são desenvolvidos porque têm os 50 Estados pequenos, divididos como por régua: quanto menor, mais fácil de administrar”, acredita o parlamentar. Ele apresentou os projetos pa-

ra a criação do Araguaia, em Mato Grosso, de Tapajós, no Pará, e de três territórios no Amazonas – Alto Rio Negro, Juruá e Solimões.

Na CCJ do Senado, o senador Jefferson Peres (PDT-AM) conseguiu modificar o texto de Cavalcanti e aprovar o substitutivo mudando os novos Estados do Amazonas para territórios. Em sua justificativa, Peres considera que há pouca estrutura econômica para que sejam formados novos Estados naquela área que corresponde a 40% do Amazonas.

Segundo o texto do senador, “o novo Estado tem de se manter por conta própria, o que não acontece no caso dos territórios, com os quais o governo federal tem maiores obrigações

– apesar da representatividade cair para apenas quatro deputados federais e não oito”.

**Carências** – Para Cavalcanti, a área do Amazonas, com mais de 1,6 milhão de metros quadrados, impede a atuação do aparelho estatal e condena as populações dos municípios mais distantes a toda espécie de carências, especialmente às de prestações do serviço público. “Assim é também em Mato Grosso, que tem 906 mil metros quadrados, e no Pará, que tem 1,2 milhão de metros quadrados”, disse. Segundo o senador, a criação do Estado do Tapajós, em área hoje pertencente ao Pará, iria estimular o desenvolvimento de 22 municípios da região, incluindo Santarém, cidade cotada para ser a capital.

**Sul** – O deputado Caio Riella (PTB-RS) é autor de uma proposta que pretende dividir a metade sul do Rio Grande do Sul em um novo Estado, ainda sem nome. “É que tem tanta sugestão de nome, que preferi não colocar nenhum”, justifica. As sugestões são Estado do Pampa, Piratini, Rio Grande e Farroupilha. “A metade sul do Rio Grande é abandonada”, justifica, “as indústrias e fábricas estão todas ao redor da capital, Porto Alegre, no norte do Estado”. Para o deputado, outro argumento para justificar a criação do novo Estado é que os recursos, como a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), podem ser divididos com o “irmão” mais velho.

“O governo estadual perde metade dos recursos, mas também metade das responsabilidades”, avalia. Eleito prefeito de Uruguaiana, que fica na metade sul, o deputado afirmou que sua luta continuará no Executivo municipal. “Temos 102 municípios na metade sul e o que queremos é o direito de a população decidir se quer a divisão, com o plebiscito, independentemente do desejo de meia dúzia de deputados”, completou.

## Ex-territórios representam despesas para União até hoje

Orçamento de 2001 prevê gastos de R\$ 1 bilhão com servidores ativos e inativos

**B**RASÍLIA – Até hoje a União paga a conta da transformação em Estados dos ex-territórios de Rondônia, Roraima, Amapá, Acre, Mato Grosso e até do antigo Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. O Tesouro Nacional ainda tem despesas com as folhas de pessoal ativo e inativo, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e odontológica e auxílio-creche.

No Orçamento de 2001, está previsto o gasto de mais de R\$ 1 bilhão para esses pagamentos. O ano que vem, segundo a proposta orçamentária, será o primeiro ano em que o Estado do Tocantins vai receber reforço de caixa anual do governo federal, no valor de R\$ 100 milhões.

Criado em 1989 e, portanto, o mais novo Estado do Brasil, o Tocantins gastou no ano passado R\$ 874,8 milhões com as máquinas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Essas despesas não existiam antes porque correspondem à estrutura burocrática estatal criada para abrigar vereadores, deputados estaduais, juízes dos tribunais, secretários estaduais, servidores, etc.

O Estado gasta R\$ 66,6 milhões anuais para manter o Judiciário e o Legislativo, valor seis vezes maior do que os investimentos de R\$ 10,3 milhões em saúde, educação e segurança. Ainda assim, o governador Síqueira Campos (PFL) advoga pela criação de novos Estados. “A opinião pública tem de ajudar a desmistificar que um

Estado novo cria ônus para a União, o que não é verdade”, diz. “O Tocantins criou-se e mantém-se com dinheiro gerado no Estado”, garantiu o governador. Atualmente, segundo ele, há servidores do governo estadual colocados à disposição do governo federal, e não o contrário.

Hoje, segundo o governador, o Estado está na classificação A do Tesouro Nacional. “Temos as contas equilibradas: pagamos o pessoal em dia, a folha consome 45% do que é arrecadado”, contou. O Tocantins, de acordo com Campos, também cumpre o pagamento de suas dívidas, “tanto com a União quanto as internacionais”. “O que o Estado recebe do governo federal é uma fatia igual à dos outros Estados, com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo”, afirmou.

Para o governador, a ajuda prevista do governo federal para o Estado no ano que vem é “mais que bem-vinda”. “Faz 12 anos que o Estado não recebe nada, agora é justo que comece a receber”, diz o governador.

Segundo ele, os R\$ 100 milhões da rubrica orçamentária “Promoção do Desenvolvimento do Estado do Tocantins” serão empregados para infraestrutura, como saneamento básico. Campos é favorável à criação de novos Estados no País. Para o governador, se predominar o bom-senso dos parlamentares, os projetos serão aprovados rapidamente. “Com os grandes centros inchados, a única solução para o País é fãtiá-lo em mais Estados”, acredita. (L.A.)

**T**OCANTINS  
TEM SOCORRO  
DE R\$ 100  
MILHÕES

**P**ROJETOS  
CRIAM MAIS  
VAGAS NO  
PARLAMENTO